

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Orçamento impositivo só vale a partir de 2020, defende ministério	2
Título: IFI projeta para o ano déficit primário de até R\$ 90,6 bi.....	4
Título: BNDES vai modelar venda de estatais do governo gaúcho	5
Título: Governo sugere pacote legislativo para fortalecer novo mercado do gás	7
Título: Regulação pelos Estados é dúvida e pode anular baixa de preços, diz CNI.....	9
Título: Faltam contrapartidas ao pacto federativo de Guedes	11
Título: Novo pacote de elétricas atrai estrangeiros	12
Título: Leilão surpreende e contrata R\$ 11 bilhões em investimentos	15
Título: Abiquim pede a Guedes que preço do gás caia rápido.....	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: O futuro das energias renováveis no Brasil.....	18
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	20
Título: Bolsonaro vai à Ásia sem os principais assessores ligados à área econômica	20
Título: Ibama e governo de PE divergem sobre estratégia para combater óleo	22
Título: Tanque	24
Título: Nova infraestrutura.....	24
Título: Técnica usada em desastre aéreo ajuda na busca por óleo	26
Título: Derrame de inércia.....	28
Título: Bahia faz protesto e usará camisa ‘manchada de óleo’	29
VEÍCULO: O Globo.....	30
Título: Democracia sindical	30
Título: Governo vai ressarcir gastos dos estados com retirada de óleo de praias do Nordeste	30

VEÍCULO:	Correio Braziliense.....	32
	Título: 600 toneladas de óleo retiradas das praias	32
	Título: Horário de verão: erro de operadoras ganha as redes	34

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Ribamar Oliveira — De Brasília

Título: Orçamento impositivo só vale a partir de 2020, defende ministério

O Ministério da Economia entende que o Orçamento impositivo, instituído pelas emendas constitucionais 100 e 102, depois de grande empenho dos presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), só passará a valer a partir do próximo ano.

“Com relação à impositividade, o entendimento do Ministério da Economia é que ela só passará a se aplicar na execução orçamentária de 2020”, disse o órgão por meio de sua assessoria de imprensa, depois de questionamento do **Valor**. Isto indica que o governo não se sente obrigado a executar todas as dotações do Orçamento deste ano, mesmo se tiver recursos para isso.

O **Valor** quis saber a razão de o governo ter adotado critérios diferentes entre os Poderes e as emendas parlamentares no desbloqueio de dotações orçamentárias, que realizou na semana passada. No caso do Judiciário, Legislativo, Ministério Público da União (MPU), Defensoria Pública da União (DPU) e das emendas parlamentares, o governo liberou todas as dotações que foram contingenciadas neste ano. Para o Executivo, no entanto, o governo manteve cerca de R\$ 16 bilhões de verbas bloqueadas, de um total de R\$ 33 bilhões contingenciadas.

No relatório extemporâneo de avaliação de receitas e despesas de outubro, também divulgado na semana passada, o governo criou uma reserva de R\$ 52,5 bilhões, constituída com parte dos recursos que serão obtidos no mega leilão

dos excedentes de petróleo da cessão onerosa. De acordo com o governo, a reserva será usada para pagar a parte devida do leilão da cessão onerosa aos Estados e municípios, no montante de R\$ 11,9 bilhões neste ano, e a despesa com a compensação à Petrobras, decorrente da revisão do contrato da cessão onerosa, firmado em 2010, no valor de R\$ 34,6 bilhões.

Assim, do total dos R\$ 52,5 bilhões da reserva, ainda sobrariam R\$ 6 bilhões (R\$ 52,5 bilhões menos R\$ 11,9 bilhões menos R\$ 34,6 bilhões) para desbloquear dotações dos ministérios. Mas isso não foi feito. O descontingenciamento realizado nas dotações do Executivo foi de apenas R\$ 4,96 bilhões, que decorreu da incorporação de uma receita de R\$ 8,9 bilhões relativa ao leilão da 16ª rodada de concessão de petróleo.

O **Valor** consultou o Ministério da Economia sobre a razão para o uso de critérios diferentes na liberação das dotações e se a decisão de não desbloquear as dotações do Executivo, mesmo informando a existência de receita para fazê-lo, não fere os dispositivos das emendas constitucionais 100 e 102, promulgadas neste ano. A emenda 100 estabelece que “a administração tem o dever de executar as programações orçamentárias”. A emenda 102 determina a execução das programações está subordinada ao cumprimento de dispositivos legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas.

O Ministério disse que “não há como antecipar a destinação de recursos de um leilão ainda não concretizado (dos excedentes da cessão onerosa)” e que, em seus relatórios, sempre “colocou o conservadorismo como premissa”. E acrescentou: “A criação da reserva orçamentária de R\$ 52,4 bilhões foi feita diante da real previsão de entrada de receitas referentes ao leilão dos excedentes de petróleo da cessão onerosa. Neste caso, mais uma vez por conservadorismo, o Ministério entende a necessidade de não se antecipar aos fatos em sua programação orçamentária”.

O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, considerou “pouco transparente” o relatório extemporâneo de outubro. Ele destacou o fato de a receita adicional de R\$ 59,7 bilhões incorporada à programação orçamentária ter alterado a projeção do governo para o déficit primário neste ano, que passou de R\$ 139 bilhões para R\$ 79,3 bilhões, de acordo com o relatório. “O cálculo não considerou a transferência de parte dos recursos do leilão da cessão onerosa para os Estados e municípios”, observou.

Para Salto, a leitura do relatório indica que o governo tem por objetivo melhorar o resultado primário deste ano, reduzindo o déficit. “Mas para isso eles estão adotando mecanismos que ferem a transparência”, afirmou. “Se o governo quer fazer um primário melhor, deveria encaminhar um projeto de lei ao Congresso alterando a meta fiscal deste ano”, sugeriu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Ribamar Oliveira — De Brasília

Título: IFI projeta para o ano déficit primário de até R\$ 90,6 bi

A Instituição Fiscal Independente (IFI) fez uma revisão de suas estimativas fiscais para este ano, incorporando as receitas dos leilões de petróleo, o melhor desempenho da arrecadação tributária e o aumento na receita com dividendos das estatais. Agora, a entidade do Senado projeta que o déficit primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) ficará entre R\$ 83,3 bilhões e R\$ 90,6 bilhões, sendo esse último cenário considerado o mais provável.

Para o setor público consolidado (inclui os Estados e municípios e as empresas estatais), o déficit primário tende a ficar entre R\$ 75,3 bilhões e R\$ 85,6 bilhões, sendo este último cenário o mais provável, de acordo com as estimativas revisadas da IFI. As novas projeções, antecipadas ao **Valor**, estarão disponíveis hoje na página da entidade na internet.

A IFI diz que o efeito das receitas do petróleo sobre o resultado primário “é pontual”, por se tratar de evento do tipo “one-off revenue”, ou seja, receita que acontece uma vez e não se repete. A entidade ressalta, no entanto, que a dívida pública será afetada pela redução do déficit primário neste ano de duas formas: exigirá menor emissão de títulos, afetando permanentemente o estoque; e implicará menor pagamento de juros ao longo dos próximos anos.

Um alerta feito pela IFI é que, ainda que se configure como evento econômico e fiscal relevante, “é preciso compreender que essa arrecadação (com os leilões de petróleo) tem caráter atípico e não altera a necessidade de ajuste das contas públicas ao longo dos próximos anos, dada pelo objetivo de estabilizar a dívida/PIB”.

Em sua análise, a IFI observa que a probabilidade de que o déficit primário de 2019 fique abaixo da meta estipulada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de R\$ 139 bilhões, “é elevada”. A entidade diz que a indefinição do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o leilão dos excedentes de petróleo da cessão

onerosa afetou as projeções de receitas atípicas deste ano. Só no dia 9 deste mês o TCU aprovou os termos do leilão.

Assim, a entidade considera necessário incorporar nas projeções fiscais de 2019 as receitas do leilão da cessão onerosa e da 6ª rodada de partilha do pré-sal, além dos recursos já obtidos na 16ª rodada de concessão, que totalizou R\$ 8,9 bilhões.

A IFI considerou que o bônus de assinatura dos quatro blocos da cessão onerosa que vão a leilão, no valor de R\$ 106,6 bilhões, será pago em duas parcelas, pois os consórcios vencedores oferecerão um ágio de lucro óleo para a União superior a 5%. A primeira parcela será de R\$ 70,8 bilhões, sendo que, deste total, a União ficará com R\$ 24,25 bilhões, depois de pagar a compensação à Petrobras e transferir uma parte dos recursos para Estados e municípios.

No caso da 6ª Rodada de partilha de produção no pré-sal, o valor do bônus de assinatura fixado é de R\$ 7,85 bilhões. Somando-se as receitas do leilão da cessão onerosa, da 16ª Rodada de concessão e da 6ª Rodada de partilha, o total neste ano atinge R\$ 41 bilhões, que foi incorporado pela IFI em suas projeções para o déficit em 2019.

A entidade considera que o chamado “empoçamento” de recursos (verbas liberadas pelo Tesouro que os Ministérios não conseguem gastar, por causa das vinculações) deverá ficar entre R\$ 10,7 bilhões e R\$ 12 bilhões neste ano. Analisando a evolução das receitas tributárias administradas e das receitas com dividendos das estatais, a IFI espera um aumento de arrecadação entre R\$ 4 bilhões e R\$ 10 bilhões. Além disso, em seus cálculos, a entidade projetou um superávit primário entre R\$ 5 bilhões e R\$ 8 bilhões para os Estados e municípios.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Carro e Francisco Góes — Do Rio

Título: BNDES vai modelar venda de estatais do governo gaúcho

Há mais de quatro anos pagando o salário do funcionalismo de forma parcelada, o governo do Rio Grande do Sul recorreu ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para modelar o processo de privatização de pelo menos quatro estatais gaúchas nas áreas de energia e mineração. As iniciativas de desestatização são parte de um conjunto de medidas de saneamento financeiro cuja espinha dorsal é uma reforma estrutural com impacto fiscal estimado em R\$ 25 bilhões ao longo de dez anos.

Em setembro, o BNDES publicou na internet os editais de licitação para a contratação de serviços técnicos necessários para estruturar as operações de venda à iniciativa privada da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE -D), da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás). Nos editais, a abertura das propostas está prevista para este mês.

“Assinados, nós temos [acordos com o BNDES] nas áreas de energia, gás e [concessão de] rodovias. E, em modelagem, para assinatura de [termos de] cooperação: saneamento, mineração e hidrovias”, disse ao Valor o secretário estadual de Fazenda do Rio Grande do Sul, Marco Aurélio Cardoso. A quarta estatal da qual o governo gaúcho pretende se desfazer é a Companhia Riograndense de Mineração (CRM).

Ao todo, o ativo total das quatro companhias somava R\$ 9,77 bilhões ao fim do segundo trimestre deste ano, de acordo com as demonstrações contábeis divulgadas para o período. No entanto, o valor mínimo de venda das empresas só será decidido a partir da conclusão da modelagem dos processos de privatização. Os recursos não são contabilizados dentro do plano de reforma estrutural. Com valor de mercado em torno de R\$ 9 bilhões, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) não fará parte do programa de privatizações do governo gaúcho, reafirmou Cardoso.

“No conjunto de desafios para as finanças públicas do Rio Grande do Sul, a privatização do Banrisul não é a questão-chave efetivamente mais importante”, sustentou o titular da Fazenda gaúcha. “Em segundo lugar, o debate político em torno da privatização do Banrisul é algo que está longe de ser ‘consensado’ pela sociedade.”

Na análise do secretário, o investimento político no debate sobre uma possível venda da instituição financeira à iniciativa privada ganharia uma proporção tão grande que “tomaria o espaço de outras medidas que são estruturantes.”

O impacto fiscal de R\$ 25 bilhões esperado a partir da reforma estrutural proposta pelo governo do Rio Grande do Sul abrange tanto uma economia de R\$ 11 bilhões (decorrente do corte de despesas) quanto um incremento de receita de R\$ 14 bilhões (fruto do aumento de contribuições previdenciárias). O déficit previdenciário do Rio Grande do Sul está na casa de R\$ 12 bilhões. No Estado, há mais aposentados e pensionistas do serviço público do que funcionários na ativa - a proporção entre os grupos é de 60% e 40%. A proposta de reforma estrutural foi apresentada na semana passada a deputados da Assembleia Legislativa do Estado e à imprensa.

“O Rio Grande do Sul é o Estado no país que tem a pior relação entre ativos e inativos. Temos 1,63 inativo, entre aposentados e pensionistas, para cada um [funcionário] ativo”, esclareceu Cardoso. Numa tentativa de atenuar o problema, o Executivo gaúcho divulgou - dentro do seu plano de reforma estrutural - proposta de elevação progressiva da alíquota previdenciária do funcionalismo público.

A proposta prevê três alíquotas distintas, de acordo com a faixa de remuneração do servidor: 14%, 16% e 18%. Na prática, o percentual mais alto (18%) corresponderia a uma alíquota máxima efetiva de 16,7% - ligeiramente inferior àquela prevista para os servidores federais na principal proposta de emenda constitucional (PEC) da Reforma da Previdência, que tramita no Congresso.

“Mesmo depois das outras medidas [...], se ainda persistir o déficit atuarial, a base de cálculo dos inativos pode recuar para cima do salário-mínimo, ao invés de ser acima do teto do INSS”, disse o secretário. Se colocada em prática, a medida ampliaria o número de inativos sobre os quais recairia a cobrança da alíquota previdenciária. Isso porque a cobrança da alíquota passaria a ser feita para todos os inativos que ganhem mais de um salário mínimo.

Caso esse conjunto de medidas seja integralmente adotado, a expectativa é de que sejam equacionados R\$ 86 bilhões (23%) do déficit atuarial total do Estado, que alcança R\$ 373 bilhões. O déficit atuarial corresponde à insuficiência de recursos para pagamento dos compromissos dos planos de benefícios.

Nos últimos dez anos, a expansão nominal da despesa com pessoal no Estado foi de 187%, o dobro da inflação do período. Saltou de R\$ 10,1 bilhões, em 2007, para R\$ 29,2 bilhões, em 2018. Para este ano, a previsão é de que a folha de pagamento some R\$ 30,7 bilhões. O patamar elevado de desembolsos com pessoal explica, em grande parte, o déficit orçamentário crônico do Estado, entre R\$ 5 bilhões e R\$ 7 bilhões ao ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Lu Aiko Otta — De Brasília

Título: Governo sugere pacote legislativo para fortalecer novo mercado do gás

Ainda em implantação, o “choque de energia barata” a partir da exploração do gás do pré-sal prometido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, precisa de base jurídica mais sólida. Por enquanto, as mudanças estão amparadas em atos

administrativos, que podem ser alterados com relativa facilidade. O ideal seria estarem consagradas em lei e até mesmo na Constituição, avaliam os ministérios da Economia e de **Minas e Energia**.

O governo elaborou três sugestões que fortalecem a tributação do gás natural. Constam de um boletim elaborado pela Secretaria de Planejamento, Avaliação, Energia e Loterias (Secap), em parceria com o Ministério de Minas e Energia.

O pacote é formado por uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), uma proposta de lei complementar e uma Resolução do Senado. Por tratarem de um tributo estadual, o ICMS, essas propostas não serão apresentadas ao Congresso pelo Executivo federal. A ideia é que algum parlamentar as adote.

A PEC ajudaria a baratear a energia gerada por térmicas a gás. Atualmente, essas usinas não conseguem utilizar os créditos tributários gerados na compra do combustível. Ainda assim, respondem por 29,8% do consumo de gás natural no Brasil.

A Constituição determina que, no caso da energia elétrica, a cobrança do ICMS se dá no Estado de destino, ou seja, onde a energia é consumida. Se a usina térmica fica em outra unidade da federação, os créditos da compra do gás não têm contra o quê serem abatidos e se acumulam.

Isso vira custo da usina, aponta o boletim. Há duas consequências negativas: o custo é repassado ao consumidor e as usinas térmicas a gás ficam menos competitivas.

A lei complementar ataca uma questão ainda mais fundamental: a forma como o ICMS do gás é calculado. A lei que regula o tributo foi desenhada para o transporte físico de mercadorias. Mas o gás tem características próprias. “Não dá para saber se o gás que foi injetado na Bolívia é exatamente o mesmo que sai lá em Santa Catarina”, exemplificou o secretário de Planejamento, Avaliação, Energia e Loterias, Alexandre Manoel.

Por essa razão, foi proposto que o ICMS fosse calculado em cima de volumes transacionados nos contratos, e não de seu transporte físico. Essa alteração foi aprovada este mês, numa reunião extraordinária do Confaz, por 50% dos votos mais um. O governo defende que ela seja sacramentada em uma lei complementar.

A terceira sugestão é uniformizar as alíquotas do ICMS do gás natural em todo o país. Hoje, elas variam bastante e a maioria está em 7% ou 12%.

Uma tributação igual facilitará a operação de um mercado que ainda não existe: o de swaps de contrato de gás. Nele, carregadores de gás poderiam “trocar” compromissos de fornecimento para aproximar fornecedores e compradores e, dessa forma, economizar no transporte.

Essas sugestões complementam o novo marco regulatório do gás, relatado pelo deputado Silas Câmara (Republicanos-AM), com votação prevista para a próxima quarta-feira na Comissão de Minas e Energia.

O texto, alinhado com a equipe de governo e com a indústria, proíbe a verticalização no mercado. Ou seja: uma mesma empresa não pode produzir, carregar e administrar os dutos para o transporte do gás, como ainda ocorre na prática com a Petrobras.

Essa redução do papel da estatal no mercado é o ponto central do Novo Mercado do Gás. E é também o “coração” do Termo de Compromisso de Cessação (TCC) assinado entre a Petrobras e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Com base no TCC, a abertura começou a ser implementada. A Petrobras abriu mão do uso de parte da capacidade gasoduto que vem da Bolívia. “É o primeiro ato do Novo Mercado do Gás”, afirmou Alexandre Manoel.

Outro ponto importante do projeto de Câmara é a adoção do regime de autorização para construção de gasodutos. É, em tese, um processo de rito burocrático mais rápido que o de concessão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Lu Aiko Otta — De Brasília

Título: Regulação pelos Estados é dúvida e pode anular baixa de preços, diz CNI

Para especialista da confederação, falta transparência na definição de valores

A regulação do pelos Estados é ainda um ponto de dúvida na implementação do novo mercado do gás, avalia Juliana Falcão, especialista em Energia da Confederação Nacional da Indústria (CNI). As reduções de preço que o governo federal espera a partir da entrada de mais competidores podem ser perdidas, dependendo de como o mercado for regulado. “Depois que o gás chega, o Estado regula como achar melhor e pode anular tudo”, afirmou.

Ela citou como exemplo o caso de São Paulo, onde chegou a ser anunciado um aumento da ordem de 30% no gás, depois reduzido para 20%. “Não existe transparência nos valores”, afirmou.

A falta de transparência nos preços é o problema mais frequente detectado pela CNI, num levantamento feito nos Estados onde há mais potencial de consumo de gás pela indústria.

Do ponto de vista da entidade, o problema existe em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Mato Grosso do Sul.

Os dados mostram que os Estados avançam de forma heterogênea na tarefa de criar um ambiente econômico favorável ao que o ministro da Economia, Paulo Guedes, chama de “reindustrialização”.

No momento, o mais avançado é o Rio de Janeiro. Lá, a distribuidora de gás já foi privatizada e existe uma agência reguladora para o mercado de gás canalizado.

O Estado admite a existência de consumidores livres (aqueles que podem comprar de qualquer distribuidora). A regulação estadual admite como livres aqueles que consomem no mínimo 10 mil metros cúbicos por dia, um nível que atende à maior parte das indústrias. Além disso, permite que o consumidor livre tenha um duto dedicado a ele, com tarifas específicas.

“Mas o Estado que mais avançou em termos de políticas foi o Sergipe”, disse a especialista. Embora ainda não haja lá grandes consumidores de gás natural, o potencial é grande. Na esteira da descoberta de reservas, foi instalada lá uma base de regaseificação e uma usina térmica. E o governo estadual corre para montar a estrutura institucional que permitirá o desenvolvimento do mercado a partir do gás.

Em outras unidades da Federação, porém, os avanços são mais modestos.

Apesar das dúvidas, Juliana acredita que o “choque de energia barata” vai acontecer. “Vai melhorar a competitividade de indústria, que hoje é perdida pelo alto custo da energia”, afirmou.

Ela observa que há interesse do mercado. Pelo menos 24 empresas se candidataram a carregar gás. E está em curso uma chamada da Agência Nacional do Petróleo (ANP) para os interessados em utilizar a capacidade do gasoduto da Bolívia liberada pela Petrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 21/10/2019****Seção: Opinião****Autor:****Título: Faltam contrapartidas ao pacto federativo de Guedes**

De maneira muito generosa, o ministro da Economia, Paulo Guedes, propôs dividir com Estados e municípios os R\$ 106,6 bilhões que serão arrecadados com o megaleilão do excedente de petróleo da cessão onerosa. O ministro não precisava ter feito isso, mas o fez, dentro da orientação de que o Brasil precisa de um novo pacto federativo, que descentralize os recursos e reforce as finanças estaduais e municipais. Em resumo, o ministro propõe “mais Brasil e menos Brasília” para citar o slogan que o presidente Jair Bolsonaro utilizou em sua campanha.

Da montanha de dinheiro que será arrecadado no leilão da cessão onerosa, os Estados e municípios ficarão com R\$ 23,7 bilhões. É, sem dúvida, uma quantia considerável que está sendo concedida pela União sem contrapartidas a governadores e prefeitos, pelo menos que sejam conhecidas. A única exigência da lei que trata da divisão do bolo (lei 13.885/2019), recentemente sancionada por Bolsonaro, é que os recursos sejam aplicados em despesas previdenciárias e em investimentos. Mas, como sabemos, o dinheiro não tem carimbo. Governadores e prefeitos podem usar o dinheiro que têm em caixa para pagar pessoal e fornecedores e utilizar o dinheiro do leilão para pagar previdência e investimentos.

A generosidade da União, nos últimos anos, pode estar incentivando uma atitude leniente dos governadores em relação ao equilíbrio das contas estaduais. Como sabem que, em última instância, a União os socorrerá, não se esforçam para adotar medidas de ajuste fiscal, que são, na maioria das vezes, impopulares.

Na economia é muito conhecido o conceito de “moral hazard”, ou risco moral, que representa a confiança dos agentes financeiros de que o governo do seu país irá socorrê-los quando tiverem dificuldade de honrar os seus compromissos ou em situação de grave crise.

Em dezembro de 2016, o ex-presidente Michel Temer promulgou a lei complementar 156, que alongou em 20 anos o prazo de pagamento das dívidas estaduais refinanciadas pela União e concedeu descontos por 24 meses nas parcelas mensais. Em contrapartida, os Estados se comprometeram a limitar, por dois anos, o crescimento de suas despesas primárias correntes, que só poderiam ser corrigidas pela inflação.

A lei criava, portanto, um teto estadual de gastos, no mesmo momento em que foi instituído o teto de gastos para a União. Recentemente, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, informou que 10 dos 19 Estados que alongaram suas dívidas com a União não cumpriram o teto de gastos, ou seja, não deram a contrapartida exigida por lei.

O Estado que não cumprisse o teto perderia o direito ao prazo adicional de pagamento da dívida e à redução das prestações, tendo que pagar as prestações nas condições anteriores. Os 10 governos estaduais faltosos teriam que pagar cerca de R\$ 30 bilhões em um ano, o que é impossível, admitiu Mansueto. O governo federal terá, então, que perdoar, mais uma vez, aqueles governadores que não cumpriram a lei.

A União, que é avalista de empréstimos tomados pelos Estados, está tendo que honrar os compromissos, por falta de pagamento dos devedores. Em setembro, segundo o Ministério da Economia, a União pagou R\$ 442,60 milhões em dívidas garantidas dos entes subnacionais, sendo R\$ 245,63 milhões relativos a inadimplências do Rio de Janeiro, R\$ 84,04 milhões de Minas Gerais, R\$ 65,29 milhões de Goiás, R\$ 10,24 milhões do Rio Grande do Norte e R\$ 37,40 milhões do Amapá.

A proposta original de reforma da Previdência Social, encaminhada pelo governo ao Congresso, incluía novas regras para os regimes próprios de previdência dos servidores estaduais e municipais. Os parlamentares excluíram as regras do texto e não houve manifestação firme dos governadores em defesa das medidas. O Senado tenta agora aprovar uma PEC paralela com as regras para os servidores dos Estados e municípios. O secretário do Tesouro já disse que, sem reforma previdenciária, as contas dos governos estaduais não voltarão ao equilíbrio.

Sem falar que o projeto de lei que estabelece o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF), também conhecido como “Plano Mansueto”, está parado na Câmara dos Deputados, desde junho. Está na hora da generosidade do ministro Guedes ser acompanhada por contrapartidas efetivas dos governadores e prefeitos. Não faz sentido apenas transferir recursos para que eles gastem mais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Novo pacote de elétricas atrai estrangeiros

Depois da venda das distribuidoras da Eletrobras no ano passado, um novo pacote de privatizações de elétricas se avizinha, desta vez em âmbito estadual. Em estágio mais avançado estão os processos da CEEE (RS), CEB (DF) e CEA (AP). Em um passo mais atrás, está a desestatização da Cemig (MG), que demandará mais esforço político do governador mineiro Romeu Zema, já que a companhia é uma espécie de “Petrobras” dos mineiros.

Considerando os dados das quatro estatais estaduais, estão em jogo um mercado de 11,4 milhões de clientes e um parque gerador de mais de 8 mil megawatts (MW) de capacidade, com uma força de trabalho de 10,7 mil empregados.

Apesar do apoio do governo federal para impulsionar as vendas, via suporte técnico do BNDES, uma luz de alerta foi acesa na última semana, quando a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), sob forte pressão de políticos locais, negou a revisão extraordinária de tarifas de três distribuidoras recém-privatizadas.

Enquanto as empresas da Eletrobras foram arrematadas por investidores nacionais - a Equatorial Energia levou Cepisa (PI) e Ceal (AL); a Energisa ficou com Ceron (RO) e Eletroacre (AC); e o consórcio Oliveira Energia/Atem assumiu o controle de Amazonas Energia (AM) e Boa Vista Energia (RR) -, a expectativa é que o novo conjunto de privatizações atraia grupos estrangeiros, entre eles a italiana Enel e a chinesa State Grid, que já sinalizaram interesse em novos ativos do tipo no Brasil.

Também estão no páreo a espanhola Iberdrola, controladora da Neoenergia, e a EDP, de capital português e chinês, que aumentou em 2018 sua participação para 23,56% na catarinense Celesc.

Entre as elétricas previstas para serem colocadas à venda, a gaúcha Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) são as que estão com o processo de privatização mais adiantado.

No início do ano, o BNDES contratou a Investor Consulting Partners Consultoria e um consórcio formado pela Deloitte Touche Tohmatsu e a Fialho Canabrava Andrade Salles Advogados para a prestação de serviços relacionados à licitação da CEA.

No caso da CEEE, a privatização já tem aprovação da Assembleia Legislativa do Estado. Com isso, o BNDES já iniciou processo para contratar empresas para prestar serviço para a licitação da companhia gaúcha. Ainda não há uma definição clara se será colocada à venda a empresa inteira ou se a operação será

separada entre o braço de distribuição (CEEE-D) e o de geração e transmissão (CEEE-GT).

No caso da Companhia Energética de Brasília (CEB), foi assinado em agosto um contrato prevendo que o BNDES dê o suporte técnico no processo de desestatização.

O caso da Cemig é, de fato, bem mais delicado. Além da aprovação na Assembleia Legislativa, de acordo com a Constituição estadual, a privatização da elétrica precisa passar por um referendo popular. O governo mineiro trabalha em uma proposta de emenda à Constituição para revogar a necessidade do referendo. Ao **Valor** na última semana, o governador Romeu Zema reafirmou o plano de desestatizar a Cemig.

Na outra ponta, entre os potenciais compradores, o presidente mundial da Enel, Francesco Starace, disse que uma potencial aquisição da CEB “faria sentido” para o grupo. Isso porque haveria sinergia com a goiana Celg, adquirida em 2016, por R\$ 2,2 bilhões. “Não é um mercado em que podemos simplesmente decidir comprar, alguém tem que vender. Não sabemos o que haverá no mercado em 2020 no Brasil. Poderia ser [a distribuidora de] Brasília. Vamos olhar as oportunidades”, afirmou Starace, em evento em São Paulo.

A estratégia é a mesma da chinesa State Grid. Dona da CPFL Energia, que possui ativos de distribuição em São Paulo e Rio Grande do Sul, a companhia admite o interesse por novos ativos no país, entre eles distribuidoras. “Temos interesse em aquisições [no Brasil], se estiverem em conformidade com os planos do grupo”, disse o presidente da filial no Brasil, Chang Zhongjiao, na semana passada.

Por outro lado, além de estarem envolvidas com os bilionários compromissos de investimentos assumidos para readequar as condições operacionais das distribuidoras adquiridas da Eletrobras, as elétricas nacionais têm outro motivo para terem cautela com relação à nova fase de privatizações.

Na última semana, a Aneel negou pedidos de revisão tarifária extraordinária de três distribuidoras recém-privatizadas: Cepisa, Ceron e Eletroacre. A revisão era uma possibilidade prevista no contrato firmado pelas novas controladoras. A decisão da autarquia, porém, ocorreu sob forte pressão de políticos dos respectivos estados, presentes à reunião da diretoria da agência - transmitida ao vivo pela internet - para criticar possível alta tarifária.

Oficialmente, a Aneel entendeu que os laudos apresentados pelas distribuidoras tinham inconsistências e que não atendiam a qualidade e o prazo requeridos

pela regulação do setor. A medida, porém, foi vista por especialistas do setor elétrico como um risco inclusive para as futuras privatizações.

“Foi assustador o que aconteceu no processo de decisão da Aneel. A agência foi constrangida em um limite que eu nunca tinha visto”, disse Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil. “Parlamentares pediram a palavra e fizeram discursos políticos, ao arrepio das regras que estavam sendo discutidas”.

Segundo estimativas do J.P. Morgan, a não realização das revisões extraordinárias terão um impacto no Ebitda de R\$ 350 milhões para a Energisa e de R\$ 225 milhões para a Equatorial. O banco acrescentou que a Aneel está caminhando para um modelo de regulação mais rigoroso.

De acordo com as regras da Aneel, as companhias poderão fazer novo pedido em dezembro e submeter um novo laudo em junho de 2020, para uma possível revisão extraordinária em dezembro do mesmo ano. **(Colaboraram Tais Hirata, de São Paulo, e Marcos de Moura e Souza, de Belo Horizonte)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Tais Hirata e Rodrigo Polito — De São Paulo e do Rio

Título: Leilão surpreende e contrata R\$ 11 bilhões em investimentos

O leilão A-6 de geração de energia realizado na sexta-feira surpreendeu o setor elétrico. Ao todo, a concorrência gerou R\$ 11,16 bilhões em investimentos e R\$ 44 bilhões em contratos, que terão durações de 20 a 30 anos. Foram contratados 91 empreendimentos, que somam potência de 3 gigawatts (GW) e 1.702 megawatts médios de garantia física - bem acima da projeção de analistas.

As usinas começarão a operar em 2025 e fornecerão a nove distribuidoras, que participaram do leilão como compradoras. As distribuidoras que mais adquiriram contratos foram a Light (38,87% do total negociado), a Cemig (15,21%) e a Coelba (11,75%).

O leilão durou quatro horas e terminou com um preço médio de R\$ 176,09 por megawatt-hora (MWh), com desconto de 33,73% em relação ao preço-teto.

Como já era esperado, os projetos térmicos a gás foram destaque na concorrência. A maior usina contratada foi a de Barcarena, no Pará, que, sozinha, prevê investimentos de R\$ 1,5 bilhão. O empreendimento é da Golar

Power, joint venture entre a norueguesa Golar e o fundo americano Stonepeak, em parceria com a Evolution Power Plants. A empresa é dona do primeiro terminal de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) privado do país e já tem uma térmica de grande porte, no Sergipe.

“Temos ressaltado a necessidade de modernizar a matriz, e esse foi o primeiro sinal de térmicas competitivas. É o tipo de usina que os sistema precisa, tanto para segurança nacional como comercial”, afirmou Rui Altieri, presidente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que operacionalizou o leilão.

Outras duas térmicas a gás foram contratadas no leilão: uma da Eneva, no Maranhão, e uma unidade da Imetame, na Bahia. Em média, os três empreendimentos venderam ao preço de R\$ 188,87 por megawatt-hora (MWh), 35,32% menor do que o valor definido como teto.

A fonte eólica atraiu a maior parte dos investimentos do leilão: R\$ 4,49 bilhões, para contratos com duração de 20 anos. Juntos, os projetos somam 480 MWh de garantia física e 1 GW de potência. O preço médio foi de R\$ 98,89/MWh, deságio de 47,68%. O valor ficou acima do preço registrado nos últimos leilões de geração, o A-4, realizado neste ano, onde a fonte ficou em R\$ 79,9 por MWh e, no A-6 do ano passado, de R\$ 80 por MWh.

A energia solar também ficou em patamar mais alto do que no último leilão A-4, e fechou com média de preço de R\$ 84,39 por MWh, deságio de 59,62%. No A-4 realizado neste ano, a fonte atingiu média recorde de R\$ 67,40.

O leilão foi considerado agressivo e com alto grau de competição pelo presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales. Ele destacou a contratação de duas usinas hidrelétricas de médio porte, o que não ocorria há anos: a de São Roque, em Santa Catarina, e de Tibagi Montante, no Paraná.

A maior delas é a de São Roque, que já havia sido licitada no passado - à época, pela Engevix - e está em fase avançada de construção. “É um projeto importante, que tinha a expectativa de ser cancelado pela Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica], e que, agora, esse leilão ensejou a oportunidade de contratação”, afirmou **Reive Barros, secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia.**

Para ele, o sucesso do leilão de sexta é uma sinalização para as concorrências programadas para 2020. O plano do governo é fazer, em março, dois leilões

para substituir térmicas movidas a óleo diesel por usinas a gás natural, que são mais baratas e menos poluentes. Ainda restam 5 GW de térmicas a óleo diesel a serem substituídas no país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Abiquim pede a Guedes que preço do gás caia rápido

Insumo custa às empresas químicas locais, em dólar, quatro vezes mais do que nos Estados Unidos

No primeiro encontro do setor com o ministro da Economia, Paulo Guedes, na sexta-feira no Rio de Janeiro, executivos da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) e de dez grandes empresas químicas com operações no Brasil enfatizaram a importância do acesso a gás natural a preços mais baixos para a economia brasileira. Principal conta da indústria, o gás custa às empresas químicas locais quatro vezes mais do que nos Estados Unidos.

“O setor mostrou que aplaude o programa Novo Mercado de Gás e espera que se transforme em realidade rapidamente”, disse ao **Valor** o presidente do conselho diretor da Abiquim, Marcos de Marchi. Conforme o executivo, a indústria opera com ociosidade de 30% neste momento e essa capacidade poderia ser ocupada em pouco tempo se houvesse condições mais favoráveis e melhora da competitividade do produto químico brasileiro.

Entre as dez empresas que estiveram presentes na conversa, havia representantes da Braskem, Basf e Solvay, conforme a agenda do ministro. Essas empresas também fazem parte da Mesa Executiva da Química, anunciada em abril pelo Ministério da Economia no relançamento da Frente Parlamentar da Química (FPQuímica) no Congresso Nacional.

A indústria enfatizou que o preço do gás é um dos principais pontos de atenção do setor, além da energia elétrica. “Precisamos de gás mais barato. Se cair a US\$ 6 o milhão de BTU, como pretende o ministro, nós damos conta”, afirmou De Marchi. Hoje, o milhão de BTU custa US\$ 12 no Brasil e US\$ 3 nos Estados Unidos.

O ministro da Economia não se comprometeu em termos de prazo para a oferta de gás mais barato, mas disse esperar que as próximas rodadas de licitações mostrem evolução nesse sentido. O Rio de Janeiro pode liderar essa corrida - para a indústria, conforme demonstrado a Guedes, é importante que São Paulo,

Bahia e Rio Grande do Sul também ofereçam melhores condições de preço, já que nesses Estados estão localizadas as centrais petroquímicas, em torno das quais a indústria se desenvolveu.

Durante o encontro, que durou cerca de uma hora e meia, o setor apresentou a Guedes o estudo “Um Outro Futuro é Possível”, uma parceria entre a Deloitte e a Abiquim, que lista 73 propostas da indústria para retomada da competitividade dos químicos brasileiros.

Até agora, os contatos com a pasta de Guedes haviam se dado por intermédio da Mesa Executiva ou em encontros com membros de sua equipe. A reunião de sexta, na representação administrativa do Ministério da Economia no Rio, foi a primeira diretamente com o ministro, que foi convidado a participar do Encontro Anual da Indústria Química, principal evento do setor, em dezembro em São Paulo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/10/2019

Seção: Espaço Aberto

Autor: José Goldemberg

Título: O futuro das energias renováveis no Brasil

O Ministério de Minas e Energia (MME) anunciou recentemente a publicação do Plano de Expansão de Energia para o decênio 2019-2029, que consiste de estudos e projeções realizadas pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do próprio ministério, e contém estimativas de custos das obras, mas não especifica as fontes desses recursos. No passado distante os planos da Eletrobrás – onde eles eram preparados – tinham relação direta com os recursos da empresa ou dos aportes do Tesouro. Isso acabou, não só porque essas fontes de recursos “secaram”, mas porque as obras são agora licenciadas pelas agências reguladoras de eletricidade (Anel) e petróleo (ANP) e postas em leilão.

Apesar dessas limitações o Plano de Expansão tem influência em orientar os investidores privados e as próprias estatais como a Eletrobrás, a Cemig, a Copel e outras que podem competir nos leilões, que são diferenciados para os diferentes tipos de energia. Esse procedimento garante espaço para as diferentes fontes – energia hidrelétrica, térmica a gás e carvão, eólica, biomassa e solar fotovoltaica. Uma novidade anunciada pelo governo é que pretende incluir nos planos de expansão seis usinas nucleares (de 1 milhão de quilowatts) do tipo da de Angra-2, a um custo estimado de US\$ 30 bilhões, a serem instaladas até 2050. O custo por quilowatt seria, então, de US\$ 5 mil por

quillowatt, muito mais elevado do que outras opções, como energia hidrelétrica ou eólica.

A instalação de um grande parque nuclear no Brasil – mesmo no horizonte de 2050 – implica também outros investimentos, porque seria necessário garantir a produção do combustível para esses reatores nucleares. A intenção do Ministério de Minas e Energia é retomar a mineração – que se encontra praticamente paralisada – e ampliar a usina de enriquecimento de urânio. A justificativa para essas propostas é a de garantir a autonomia energética numa área considerada estratégica e tornar o País um exportador de urânio enriquecido. Essas ideias podem ser questionadas tanto do ponto de vista político como econômico. Há um excesso de produção de urânio enriquecido no mundo e seu preço está caindo, porque as perspectivas de expansão da energia nuclear estão se reduzindo.

Elettricidade nuclear, que chegou a representar mais de 15% da produção mundial de eletricidade, caiu para menos de 11% em 2019. Planos de um “Brasil grande” produtor e exportador de urânio enriquecido existem desde o período militar e persistiram nos governos Lula- Dilma, mas, ao que parece, jamais foram analisados do ponto de vista de sua viabilidade econômica. O mais sensato seria garantir apenas o combustível necessário para os reatores instalados no País e abandonar sonhos fantasiosos de grande potência nessa área. Urânio enriquecido pode ser comprado no exterior, como está sendo feito até hoje para suprir as necessidades dos reatores de Angra dos Reis (RJ). O Brasil pode fazê-lo porque deixou de ser suspeito de pretender fabricar armas nucleares quando assinou acordos internacionais com a Agência Internacional de Viena e um acordo bilateral com a Argentina de inspeções mútuas.

Além disso é tempo de o governo abrir uma discussão séria sobre o que seria melhor para garantir a independência energética na produção de eletricidade no País, já que a de petróleo e gás está assegurada com a produção do pré-sal. A verdade é que existe ainda um grande potencial inexplorado para a instalação de hidrelétricas no País, principalmente na Região Amazônica, mas os planos do governo federal mostram que ele praticamente desistiu de implementar grandes projetos hidrológicos na Amazônia por causa dos problemas que foram encontrados na construção da Usina de Belo Monte. O próximo leilão de energia a ser realizado será dominado por energia eólica, solar e térmica. Hidrelétricas, só de pequeno porte. Esse é um grave equívoco, que terá fortes consequências no futuro.

Argumenta-se que hidrelétricas se tornaram inviáveis porque inundam grandes áreas da floresta e afetam as populações ribeirinhas e populações indígenas. Esses impactos são reais, mas, frequentemente, exagerados. Em Belo Monte a construção da usina causou o deslocamento de 22 mil pessoas que viviam às

margens do Rio Xingu e na cidade de Altamira e tiveram que ser realocadas. No entanto, a eletricidade produzida pela usina ilumina cerca de 5 milhões de residências nos grandes centros urbanos do País, que foi a razão para construir a hidrelétrica. Os danos causados pela construção devem e podem ser reparados, como é feito de forma satisfatória em muitas outras usinas, como Itaipu. Mesmo a área da floresta inundada, de cerca de 500 quilômetros quadrados, em Belo Monte é pequena (e ocorreu apenas uma vez) se comparada com o desmatamento ilegal que é perpetrado todos os anos na Amazônia, que é de cerca de 7 mil quilômetros quadrados.

Argumenta-se, incorretamente, que outras energias renováveis, como a eólica e a solar, também produzem energia limpa e renovável, como as hidrelétricas, tornando estas desnecessárias. Contudo essas energias são intermitentes, isto é, não são disponíveis quando ventos não sopram e o sol não brilha. Elas precisam ser usadas em conjunto com energia estável, que vem das hidrelétricas (ou de reatores nucleares), economizando água nos reservatórios para ser usada quando não houver vento ou sol. Sem isso não será possível ampliar muito a contribuição das fontes intermitentes. É por essa razão que é essencial construir usinas com reservatórios, que é uma prática que está sendo abandonada no Brasil. Se ela não for revertida, usinas nucleares ou térmicas usando combustíveis fósseis serão as alternativas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Raquel Landim

Título: Bolsonaro vai à Ásia sem os principais assessores ligados à área econômica

Guedes fica no Brasil para votação da reforma; Tarcísio, da infraestrutura, deve ir à China em 2020

São Paulo - O presidente Jair Bolsonaro (PSL) desembarca nesta segunda-feira (21) em Tóquio para iniciar seu giro pela Ásia sem a companhia de dois de seus principais auxiliares da área econômica: os ministros Paulo Guedes, da Economia, e Tarcísio de Freitas, da Infraestrutura.

Existe uma expectativa de que Guedes se junte à comitiva no segundo trecho da viagem, por Emirados Árabes Unidos, Catar e Arábia Saudita, mas ainda não está confirmado.

As ausências foram notadas pelo setor privado, já que o objetivo declarado da viagem é comercial. Segundo um empresário que pediu anonimato, não está

claro a quem o presidente vai recorrer se os investidores chineses pedirem detalhes sobre as reformas —a cargo de Guedes —ou sobre os projetos de infraestrutura— sob a responsabilidade de Tarcísio.

A viagem começa pelo Japão nesta segunda-feira (21). A chegada na China está prevista para quarta-feira (24).

A agenda de Bolsonaro em Pequim prevê um jantar com grandes empresários chineses e brasileiros, oferecido por Paulo Skaf, presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e um encontro organizado pela Apex Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos).

Antes de embarcar, Bolsonaro disse que o Brasil “está aberto a fazer negócios” e que “não tem viés ideológico”. As declarações contrastam com o conhecido alinhamento do mandatário brasileiro com seu colega americano, Donald Trump, que recentemente firmou uma trégua na guerra comercial que trava com os chineses.

A auxiliar mais relevante da área econômica a seguir o presidente é Tereza Cristina, ministra da Agricultura. Ela embarcou sexta (18), antes da comitiva, para negociar a abertura do mercado chinês a produtos agrícolas, como farelo de soja.

A China é o principal comprador de matérias-primas do Brasil, com destaque para soja, minério de ferro e petróleo.

Também viajam com Bolsonaro os titulares da pasta de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**, da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, da Cidadania, Osmar Terra, do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno, e de Relações Exteriores, Ernesto Araújo.

A presença de Tarcísio estava inicialmente prevista, mas ele acabou desistindo por causa de uma série de reuniões no exterior na semana passada. O ministro deve ir a China e aos países árabes apenas em abril do ano que vem.

A tarefa de tirar dúvidas sobre as concessões, portanto, deve recair sobre Martha Seillier, que assumiu em julho a secretaria especial do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), ligada à Casa Civil.

O nome da funcionária não consta da lista preliminar da comitiva elaborada pelo Itamaraty, mas ela deve se juntar ao grupo em Pequim.

O único representante previsto do ministério da Economia até agora é o chefe da assessoria especial de assuntos institucionais, Caio Me-gale. Encarregado de

representar Guedes em evento em Washington, o secretário especial de assuntos internacionais, Marcos Troyjo, também não vai.

Troyjo é o homem forte do ministério para acordos de livre comércio. O Brasil anunciou que tem interesse num entendimento com o Japão, porém, a avaliação do governo é que não haveria espaço para essa discussão durante a visita de Bolsonaro, que vai a Tóquio para a entronização (cerimônia de ascensão ao trono) do imperador Naruhito.

Já a China está fora do radar para negociações de abertura de mercado, apesar de ser o principal parceiro comercial do país. Questionado por jornalistas se o governo brasileiro tem interesse num acordo com os chineses, o embaixador Reinaldo José de Almeida Salgado, secretário de negociações bilaterais na Ásia do Itamaraty, disse que não.

Segundo ele, o país está envolvido em diversas discussões e não há funcionários suficientes para encaminhar tudo ao mesmo tempo. Na Ásia, as negociações avançam com Coreia do Sul e Singapura. Vale ressaltar que um acordo de livre comércio com a China seria complicado por causa da alta competitividade do país na área industrial.

No trecho da viagem destinado ao Oriente Médio, onde a comitiva deve chegar no sábado (26) pelo cronograma oficial, a agenda de Bolsonaro está totalmente voltada para a atração de investimentos. Os assuntos políticos são delicados neste caso, pois o governo Bolsonaro é bastante próximo de Israel. No início do ano, a atual gestão chegou a anunciar que mudaria a embaixada brasileira para Jerusalém, mas acabou voltando atrás por causa da forte reação do mundo árabe.

Em Riade, na Arábia Saudita, o presidente brasileiro será a “estrela” do fórum conhecido como “Davos no Deserto”. Também tem reuniões com empresários em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, e em Doha, no Catar. O objetivo é convencer os árabes a apostar nas concessões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/10/2019

Seção: Especial

Autor: Italo Nogueira

Título: Ibama e governo de PE divergem sobre estratégia para combater óleo

Representantes do Ibama e do governo de Pernambuco expuseram, neste domingo (20), divergências técnicas sobre como combater o óleo que atinge o litoral do Nordeste.

O pivô da divergência é o uso de boias de contenção para evitar a chegada do material às praias e foz dos rios.

O secretário de Meio Ambiente de Pernambuco, José Bertotti, criticou o fato do Ministério do Meio Ambiente não ter respondido uma solicitação de envio de 3,5 quilômetros de boias para proteger parte do litoral do estado.

O diretor de proteção ambiental do Ibama, Olivaldi Azevedo, afirmou que o equipamento “não tem se mostrado nada efetivo”.

“Na maioria dos locais, elas [boias] não tem efeito técnico positivo nenhum. É importante que se entenda que, nesse momento, a gente quer encontrar uma tecnologia diferente, algo inusitado, algo que resolva o problema. Hoje o que se resolve o problema é monitorar e retirar esse material [quando ele chega às areias]”, disse Azevedo.

“Retirar depois que chega é uma certeza técnica que nós temos”, declarou ele, que diz estar referendado por uma assessoria internacional.

Bertotti, por sua vez, defendeu que se tente barrar a chegada do óleo ainda em alto-mar. Citou como exemplo a ação feita na quinta (17) no litoral entre Alagoas e Pernambuco em que se retirou uma tonelada do resíduo antes de chegar à praia.

“Se as barreiras não são eficientes, elas podem minorar o problema. Há uma divergência técnica aqui. Pernambuco vai continuar perseguindo sua posição”, disse Bertotti.

Em nota, o Ibama afirma que “barreiras de contenção são compostas por uma parte flutuante e outra submersa, chamada saia, que tem a função de conter o óleo superficial (substância com densidade menor que a da água), mas o poluente que atinge o nordeste do país se concentra em camada subsuperficial”.

A divergência se deve às propriedades do óleo que atinge o Brasil. Mais denso do que o habitual, ele não se movimenta pela superfície, onde as boias têm mais efeito, mas metros abaixo da linha d’água.

“É um acidente totalmente inédito no Brasil, provavelmente também no mundo ocidental”, disse o comandante de Operações Navais da Marinha, almirante Leonardo Puntel.

Bertotti também criticou a falta de envio pelo governo federal de equipamento para a retirada do resíduo que chegou às praias. Puntel afirmou que o governo federal vai ressarcir os estados por esses gastos.

O secretário também criticou a demora na execução do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Água.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Tanque

Painel S.A

O debate sobre a venda direta de combustíveis para postos esquentou no Congresso. Nas próximas semanas, deve entrar na pauta a votação do projeto de decreto a favor da medida para o etanol.

Mamadeira

A mudança foi defendida na quarta (16) na comissão de Minas e Energia pelo deputado Elias Vaz (PSB-GO), que, para criticar o papel das distribuidoras no processo, comparou a venda do combustível com a de leite. “As crianças bebem leite e não tem esse tipo de regra. Motor de carro é mais importante do que gente?”, disse.

Visita

Já os parlamentares com visão oposta, apontando risco de concentração de mercado, aprovaram requerimento para convocar o diretor-geral da ANP Décio Oddone, pela segunda vez. Querem que ele explique o debate na agência para autorizar a venda de gasolina diretamente da refinaria aos postos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/10/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Nova infraestrutura

Se bem negociados, projetos que redesenham setores econômicos poderão alavancar o PIB

Tramitam pelo Congresso projetos de lei que tendem a causar mudança de grande relevância para o investimento privado em setores centrais da economia do país.

Há textos que redesenham o mercado de gás, o segmento de energia elétrica, o saneamento, o modelo de concessões e parcerias público-privadas, além de complementar a recém-aprovada nova lei geral de telecomunicações, que ainda precisa ser regulamentada.

Fora do Legislativo, há novidades emperradas nas agências reguladoras, como o leilão das redes móveis 5G, o que deve adiar investimentos para daqui a dois anos.

São notáveis o alcance e a profundidade das alterações que essas possíveis novas legislações podem causar no panorama da infraestrutura e da tecnologia nacionais. Mais do que isso, trata-se de inovações necessárias para uma recuperação do crescimento.

A lista constitui, na prática, um programa de metas regulatórias, de criação de condições para o investimento privado, ainda mais relevante em uma situação de penúria estatal que não será atenuada antes de meia década. Essa agenda deveria ser prioridade de um governo que se quer reformista.

Não é bem o que se observa — um tanto devido à desarticulação parlamentar e à indefinição de rumos do governo Jair Bolsonaro (PSL).

Quanto ao setor elétrico, por exemplo, tramitam vários projetos de reorganização, baseados em documento elaborado ainda no governo de Michel Temer (MDB). Talvez surja outro projeto, do Executivo, em uma desordem política.

O texto do saneamento avança, mas depende de ajustes que facilitem a entrada de empresas privadas nesse setor. Também nesse caso, falta coordenação de esforços.

Ao menos a reforma da lei de concessões e PPPs, que pode dar mais celeridade e garantias a essas variantes de privatização, passou a andar em ritmo apreciável, graças ao interesse do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

A liberalização dos setores de gás e saneamento, o 5G e regras mais seguras para concessões devem mudar o padrão do investimento no país. A limpeza da imensa confusão no setor elétrico e a privatização da Eletrobras podem garantir o fornecimento de energia para a retomada do crescimento.

O país e, espantosamente, mesmo a área econômica do governo parecem não se dar conta da enorme relevância de tais temas. A correta primazia atribuída à reforma da Previdência não justifica que essas pautas recebam menos atenção do Planalto que ninharias políticas e picuinhas ideológicas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 21/10/2019****Seção: Especial****Autor: Simon Ducroquet****Título: Técnica usada em desastre aéreo ajuda na busca por óleo**

Cientistas usam modelo de busca de restos de avião para achar fonte das manchas

Um esforço conjunto entre pesquisadores da agência americana Noaa (Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos EUA) e da Universidade de Miami propõe um método usado para rastrear destroços do avião da Malaysia Airlines no oceano Índico, em 2014, para identificar a origem do petróleo nas praias do Nordeste.

Entre os cientistas dedicados à tarefa está o oceanógrafo brasileiro Marlos Goes, que disponibilizou os resultados preliminares do estudo à Folha.

O método se baseia no uso de “derivadores oceânicos”, boias um pouco maiores que uma bola de basquete com um arrasto de 15 metros de profundidade e que são arrastadas pelas correntes marinhas.

Há milhares delas espalhadas pelos oceanos, coletando dados sobre pressão atmosférica, temperatura e localização. Esses dados são enviados em tempo real para os computadores da Noaa através de satélites.

Com esses dados, os pesquisadores conseguiram construir o mapa que mostra as correntes marítimas no momento anterior ao início do aparecimento das primeiras manchas de óleo no Nordeste brasileiro.

Esses dados alimentaram um modelo estatístico no qual vários cenários são levados em conta e o resultado aponta para a probabilidade da origem do óleo em diversas áreas, e não um único ponto.

Quando esse método foi aplicado no caso da Malaysian Airlines, existiam fortes indícios do ponto onde o avião havia caído no oceano Índico, mas os destroços já tinham sido dispersados pelas correntes marítimas. O método baseou-se nos dados coletados pelas boias derivadoras para determinar até onde os destroços tinham sido levados.

De fato, muitos estavam encontrados próximos à costa leste do continente africano, a milhares de quilômetros do local de origem, como havia previsto o método baseado nas boias.

No caso do petróleo no Nordeste, o modelo foi aplicado ao reverso, porque não se sabe o ponto de origem das manchas, e sim o local onde elas são encontradas ao atingir a costa.

Para isso foram considerados vários cenários, levando em consideração diferentes durações, já que o momento em que o vazamento ocorreu, ou ainda está ocorrendo, também é desconhecido.

Um dos cenários considera que o petróleo começa a ser derramado cerca de 2 meses antes das primeiras manchas aparecerem nas praias. Nesse caso, é mais provável que o vazamento tenha ocorrido distante do litoral, numa faixa que acompanha as grandes correntes do Atlântico, a cerca de 700 km da costa.

Outro cenário considera que o derramamento tenha sido mais recente, cerca de duas semanas antes das primeiras manchas aparecerem. Nesse caso, o mais provável é que o ponto de origem seja próximo à costa, numa faixa onde há uma rota movimentada de navios.

Goes e a equipe do estudo não tiveram acesso a detalhes da química do óleo, que poderia indicar há quanto tempo a substância está no mar e, com isso, aumentar a precisão do resultado. Segundo ele, o óleo sofre modificações durante seu trajeto devido ao consumo por bactérias e evaporação, e isso poderia indicar há quanto tempo o vazamento aconteceu.

Há ainda a possibilidade de que o óleo esteja se deslocando logo abaixo da superfície da água, sob a ação de outras correntes. Nesse caso, as simulações indicaram que a substância estaria se dispersando mais lentamente. Ou seja, mesmo que o vazamento tenha ocorrido há poucos meses, a sua origem poderia ser próxima da costa, a cerca de 400 km.

Outras simulações já vêm sendo feitas. Estudo do pesquisador Fernando Túlio Camilo Barreto, vinculado ao Inpe, sugere que a origem do óleo está a cerca de 400 km da costa. Outro estudo, da UFRJ, indica a origem numa faixa de 600 a 700 km da costa.

Os representantes do governo federal declararam que monitoram o óleo desde o dia 30 de agosto.

Até a sábado (19), 200 localidades do Nordeste tinham sido afetadas pela manchas de óleo, de acordo com o Ibama.

Durante coletiva de imprensa, neste domingo (20), um representante do Ibama informou que foram identificados, até o momento, 67 animais atingidos pelo óleo, dos quais 14 tartarugas mortas.

O Ministério Público Federal (MPF) afirma que 2.100 km nos nove estados da região foram afetados desde o fim de agosto, quando as primeiras manchas de óleo surgiram.

O MPF entrou, na quinta (17), com uma ação contra a União por omissão no desastre das manchas de óleo.

Segundo o MPF, trata-se do maior desastre ambiental da história no litoral brasileiro em termos de extensão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/10/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Derrame de inépcia

Falta governo esclarecer se faz tudo que plano de 2013 prevê para deter óleo nas praias do Nordeste

Quase dois meses após as primeiras manchas de óleo chegarem às praias do Nordeste, persiste o enigma sobre a origem do derramamento. Não que achar culpados seja a maior prioridade, diante do desafio de livrar 2.100 km de litoral do piche que parece interminável, mas a incapacidade de fazê-lo ilustra bem a letargia do governo.

Pela extensão alcançada do desastre, cerca de um quarto da costa brasileira, já se trata do maior acidente do gênero. Foram afetadas 187 localidades em 77 municípios dos 9 estados nordestinos.

Mais que organizar e liderar ações concretas de remediação, o Planalto parece empenhado em apontar o dedo para a Venezuela e propagar vaga teoria conspiratória sobre intenção criminosa na poluição. Uma coisa é o óleo ter sido extraído de território venezuelano; outra, bem diversa, é atribuir responsabilidade pelo vazamento ao regime de Nicolás Maduro.

A hipótese mais provável indica que as manchas parecem vir de alto-mar, a centenas de quilômetros do litoral de Pernambuco e Paraíba. Poderia ser um naufrágio, ou transbordo desastrado de óleo a partir de um navio sem registro contratado para burlar o embargo à Venezuela. Ninguém sabe.

Sem indício palpável algum, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) sugeriu na sexta-feira (18) que o objetivo oculto seria prejudicar o megaleilão de cessão onerosa marcado para o mês que vem.

Trata-se de manobra canhestra para tentar faturar politicamente uma tragédia para a fauna e a flora com potencial de prejudicar o turismo e a pesca no Nordeste.

Tal diversionismo trai o propósito de passar ao largo do esclarecimento devido: estaria o governo federal cumprindo tudo que prevê o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Água (PNC) aprovado em 2013, ainda na administração da presidente Dilma Rousseff (PT)?

Cabe ao Ministério do Meio Ambiente e à Marinha, peças centrais do esforço necessário de contenção dos danos, prestar contas à opinião pública sobre isso. Com detalhes, com dispensa de declarações pomposas de boas intenções.

Entretanto descobriu-se que a gestão de Jair Bolsonaro extinguiu dois comitês integrantes do PNC, em meio a sua ofensiva cega contra conselhos e outros colegiados consultivos instalados no Executivo federal — que o Planalto julga serem herança dos anos petistas.

Difícil dizer agora se os comitês, caso estivessem em funcionamento, permitiriam uma resposta mais rápida e eficaz ao desastre.

Fato é que esse governo não se ajuda.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/10/2019

Seção: Esportes

Autor:

Título: Bahia faz protesto e usará camisa 'manchada de óleo'

São Paulo - O Bahia vestirá sua camisa tricolor em uma versão “manchada de óleo” na partida contra o Ceará, pela 27ª rodada do Campeonato Brasileiro, nesta segunda (21), em Salvador.

O protesto do time baiano tem como alvo o vazamento de óleo que toma conta das praias nordestinas desde o fim de agosto e já é considerado o maior desastre ambiental no litoral brasileiro.

“Quem derramou esse óleo? Quem será punido por tamanha irresponsabilidade? Será que esse assunto vai ficar esquecido?”, questionou o clube em publicação nas redes sociais.

O Bahia tem um histórico de manifestações ativistas. Em novembro passado, entrou em campo com nomes de homens e mulheres negros no uniforme. Neste ano, criou site para auxiliar mulheres vítimas de assédio em estádios.

VEÍCULO: O Globo**Data: 21/10/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Democracia sindical**

A maior parte dos sindicatos dos petroleiros do país, em votação, não aceitou a proposta de Acordo Coletivo do Trabalho do TST e ameaça com greve. Só que no Sindipetro do Rio, onde ficam quase um terço dos empregados da Petrobras, a proposta do TST foi aprovada (50,61% dos 9.311 votos apurados). Agora a cúpula sindical quer anular a votação.

VEÍCULO: O Globo**Data: 21/10/2019****Seção: Sociedade****Autor: GABRIEL SHINOHARA****Título: Governo vai ressarcir gastos dos estados com retirada de óleo de praias do Nordeste**

O volume de resíduos de petróleo recolhido nas praias do Nordeste em mais de um mês já chega a 525 toneladas, informou ontem a Marinha. O material vem sendo retirado desde o dia 2 de setembro, quando surgiram as primeiras manchas de óleo na Paraíba. Sob críticas de governos estaduais e municipais sobre a falta de apoio federal ao combate das consequências do desastre que ameaça o meio ambiente e o turismo na costa nordestina, a União promete ressarcir as autoridades locais por ações de monitoramento e limpeza.

Ontem, o comandante de Operações Navais da Marinha, almirante de esquadra Leonardo Puntel, afirmou que o governo federal vai repassar recursos não só aos estados, mas também a órgãos federais e municipais que tenham atuado no caso.

—O governo federal vai repassar os recursos necessários para cobrir os gastos de todos os órgãos que estão trabalhando nessa situação. Sejam órgãos federais, estaduais e municipais. Esses recursos serão efetivamente repassados. O governo federal vai cumprir isso —disse o almirante, durante entrevista ontem na Capitania dos Portos de Recife.

A declaração do oficial acabou servindo de resposta ao secretário do Meio Ambiente de Pernambuco, José Bertotti, que estava na entrevista e fez cobranças ao governo federal. O secretário afirmou que o estado está providenciando os equipamentos de proteção individual (EPIs) para pessoas envolvidas na limpeza das praias, muitas delas voluntárias, mas lembrou que o

pagamento é uma responsabilidade que deve ser assumida pelo governo federal: — Todos os equipamentos estão sendo providenciados, comprados a partir dos esforços do governo de Pernambuco.

Ao lado do militar, o secretário lembrou que o Plano Nacional de Contingência prevê que, quando acontece um desastre ambiental desse tipo, quem tem que pagar pelo desastre, pela contenção e pela limpeza é o responsável pelo dano. Como o culpado não foi identificado até agora, o plano nacional determina que o governo federal deve arcar com todos os pagamentos.

— Até agora não recebemos esses materiais, exceto as boias —queixou-se.

DEBATE SOBRE BARREIRAS

Em outro momento da entrevista, José Bertotti e o diretor de proteção ambiental do Ibama, Olivaldi Alves Borges, discordaram sobre a efetividade de barreiras de contenção no combate ao vazamento. O secretário de Pernambuco afirmou que os equipamentos pedidos pelo governo estadual não estão chegando a tempo para as operações. Para ele, as barreiras de contenção são eficientes para a defesa de estuários, como pontos de chegada de rios ao mar.

Já para o diretor do Ibama, as barreiras não são efetivas. Segundo ele, o óleo é diferente do produzido no Brasil e, por isso, as ferramentas disponíveis no país não funcionam:

—Em dado momento, colocamos barreiras onde tecnicamente são apropriadas, mas, na maioria das vezes, na maioria dos locais, não têm efeito técnico positivo nenhum.

O comandante Puntel afirmou que a natureza desse derramamento de óleo é inédita.

Por ter maior densidade, o óleo se movimenta muitas vezes por baixo da água, dificultando a detecção. O almirante reafirmou que os resíduos não têm origem brasileira, e que as investigações continuam. O governo, já afirmou, com base em pesquisas da Petrobras, que o material é venezuelano.

O almirante disse ontem que foi identificada a presença de óleo em outros dois pontos do Nordeste: na praia do Atalaia, uma das principais de Aracaju (SE), e na região do porto de Suape (PE). No sábado, o Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) havia apontado três novas praias atingidas: Jauá, em Camaçari (BA); Peroba, em Maragogi (AL); e Carneiros, em Tamandaré (PE). Ainda em Pernambuco, as manchas já chegaram em Porto de Galinhas, Pontal do Maracaípe, Praia do Guaiamum, Sirinhaém e na foz do Rio Una.

Segundo o GAA, as regiões foram limpas ao longo do dia. Voluntários limpam praias em Salvador. A Petrobras colabora com dois navios especializados no recolhimento de óleo no mar entre Pernambuco e Alagoas.

Segundo o secretário do Meio Ambiente de Pernambuco, os resíduos que foram retirados das praias do estado já têm destino certo: as cimenteiras. De acordo com ele, o estado está levando o material para centros de tratamentos de resíduos que podem ser, futuramente, vendidos para a indústria do cimento.

—Agente já sabe que as cimenteiras têm interesse em comprar e transformar esse resíduo em energia—disse.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 21/10/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: 600 toneladas de óleo retiradas das praias

Na primeira coletiva de imprensa convocada por um órgão federal exclusivamente para tratar das manchas de óleo que atingem o Nordeste desde 2 de setembro, a Marinha informou que já foram retiradas das praias da região 600 toneladas de óleo. De acordo com um levantamento da Força, a mancha já foi identificada em 2.250 quilômetros do litoral. A Marinha informou que o governo federal vai cobrir todos os custos dos três entes da Federação que trabalham para limpar a costa.

O Almirante de Esquadra e comandante de operações navais da Marinha, Leonardo Puntel, não deu números, mas afirmou, na tarde de ontem, que a União fará os repasses. Puntel afirmou que, no momento, há registro de óleo apenas em Aracaju, na praia de Atalaia, e em Pernambuco, na região de Suape, no entorno do porto, e no cabo de Santo Agostinho.

Os demais estados do Nordeste não tiveram novos registros de vazamentos. Segundo o almirante, desde o início de manchas, o local mais ao sul em que o óleo foi encontrado foi na Bahia, próximo a Salvador. A região já teria sido limpa. O diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Olivaldi Azevedo, emendou que, até agora, há registro de 67 animais “oleados”. Desses, 14 tartarugas mortas. Segundo ele, apesar das perdas, o impacto ambiental tem sido menor do que o estimado inicialmente, diante da dimensão da área em que as manchas apareceram.

Puntel afirmou que o governo tem tido dificuldade de identificar a origem do óleo. Por se tratar de um petróleo cru e muito pesado, o vazamento viaja abaixo da superfície. Segundo ele, as manchas não são detectadas pelos radares e o

governo tem utilizado aeronaves para tentar identificar as manchas. O almirante explicou que a Marinha não descarta nenhuma possibilidade sobre a origem. Citou, por exemplo, que o vazamento pode ter ocorrido durante um procedimento de troca de carga entre navios — o chamado ‘ship to ship’ — ou durante uma lavagem de tanque.

Segundo ele, a Marinha levanta quais foram os navios que passaram tanto em águas brasileiras — limitadas a 200 milhas náuticas do litoral — quanto fora delas. Mas ressaltou que já se sabe que o material não é brasileiro. “A certeza que temos é de que não é originário do Brasil. Nosso óleo é fino e a densidade desse material é maior. Sabemos que (o derramamento) teve origem no Oceano Atlântico, entre 500 e 600 quilômetros da nossa costa”, afirmou.

O governo de Pernambuco informou que foram removidas 50 toneladas de óleo do mar e da areia das praias, além ter sido providenciada a proteção dos estuários dos rios do estado nos últimos dois dias. Também foi removido material em alto-mar por um dos barcos contratados pelo governo local, nas imediações da praia de Muro Alto, em Ipojuca. A Sala de Situação, criada pelo governador Paulo Câmara para tratar exclusivamente do tema, está capitaneando as ações. A equipe reúne a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e CPRH.

Todo o material removido está acondicionado temporariamente em áreas definidas pelas equipes de trabalho. Empresas de gerenciamento de resíduos perigosos já iniciaram o processo de recolher e transportar o produto para a destinação final. A operação está mobilizando cerca de 200 pessoas do governo de Pernambuco e de outros órgãos. Além disso, mais de 350 pessoas, entre voluntários e técnicos das prefeituras litorâneas, estiveram envolvidas nas ações de limpeza das praias.

O aparato usado na ação conta com três helicópteros (da Secretaria de Defesa Social-SDS, Marinha e Ibama); 30 viaturas; sete caminhões; e seis barcos, sendo duas embarcações equipadas com mantas e barreiras de contenção; duas lanchas, um navio patrulha da Marinha e um barco da Petrobras. Técnicos do governo pernambucano instalaram barreiras de contenção para impedir a entrada de óleo na foz dos rios Persinunga (São José da Coroa Grande); Maracaípe (Ipojuca); Mamucabas e Una, os dois últimos em Barreiros.

O secretário-executivo da Defesa Civil do estado, Lamartine Barbosa, agradeceu os milhares de voluntários civis que lotam as praias do estado para ajudar com o trabalho de limpeza. “Tenho que agradecer as pessoas que estão indo para as praias fazer esse trabalho de retirada do óleo. No entanto, é importante ressaltar que o material é altamente tóxico e para manusear é necessário usar equipamentos de proteção, como luvas e máscaras”, disse.

No Twitter

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), criticou, na noite de ontem, a demora em se descobrir de onde partiu o óleo que chega nas praias do Nordeste, além do contato de moradores com o conteúdo. “As consequências do vazamento de óleo no Nordeste são inquietantes. Quase um mês depois, sua origem ainda é desconhecida. Sem diretrizes, prefeituras tem exposto moradores ao contato direto com a substância. Os órgãos ambientais devem se articular com urgência para conter a crise”, escreveu no Twitter.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 21/10/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Horário de verão: erro de operadoras ganha as redes

» Deu no

Na manhã de ontem, parte da população foi surpreendida pela atualização errônea do horário de verão em celulares e outros dispositivos. O horário foi atualizado automaticamente pelas operadoras de telefonia, já que o horário de verão começava tradicionalmente no terceiro fim de semana de outubro, na madrugada entre sábado e domingo. Neste ano, porém, um decreto do presidente Jair Bolsonaro suspendeu a medida para economia de energia. A confusão com o novo horário repercutiu nas redes sociais. De acordo com o monitoramento do Google Trends, o termo “Quantas horas” teve mais de 5 mil pesquisas. Já no Twitter, o assunto ficou em primeiro lugar nos Trending Topics. Vários usuários relataram a confusão e muita gente chegou com antecedência aos compromissos ontem.

MME / ASCOM .